



**Planejamento Estratégico Participativo
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
2015-2020**

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Desembargador Presidente

IVANILDO DA CUNHA ANDRADE

Desembargador Vice-Presidente

PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA

Desembargadora Corregedora Regional

VIRGÍNIA MALTA CANAVARRO

Pleno

ENEIDA MELO CORREIA DE ARAÚJO
ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS
IVANILDO DA CUNHA ANDRADE
GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA
VIRGÍNIA MALTA CANAVARRO
VALÉRIA GONDIM SAMPAIO
IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES
VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO
ACÁCIO JÚLIO KEZEN CALDEIRA
DIONE NUNES FURTADO DA SILVA
DINAH FIGUEIRÊDO BERNARDO
MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO
NISE PEDROSO LINS DE SOUSA
RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA
MARIA DO SOCORRO SILVA EMERENCIANO
SERGIO TORRES TEIXEIRA
FÁBIO ANDRÉ DE FARIAS
PAULO DIAS DE ALCÂNTARA

Juiz Auxiliar da Presidência

VIRGÍNIO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES

Juiz Auxiliar da Corregedoria

SAULO BOSCO SOUZA DE MEDEIROS

Juíza Ouvidora

PATRÍCIA COELHO BRANDÃO VIEIRA

EQUIPES DE ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT6:

Equipe de Líderes:

- Ivanildo da Cunha Andrade – Desembargador Presidente (Patrocinador);
- Pedro Paulo Pereira Nóbrega – Desembargador Vice-Presidente;
- Virgínia Malta Canavarro – Desembargadora Corregedora;
- Gisane Barbosa de Araújo – Desembargadora do Trabalho;
- Valéria Gondim Sampaio – Desembargadora do Trabalho;
- Ivan de Souza Valença Alves – Desembargador do Trabalho;
- Valdir José Silva de Carvalho - Desembargador do Trabalho;
- André Genn de Assunção Barros – Desembargador Diretor da Escola Judicial TRT6;
- Patrícia Coelho Brandão Vieira – Juíza Ouvidora do TRT6;
- Virgínio Henriques de Sá e Benevides – Juiz Auxiliar da Presidência do TRT6;
- Saulo Bosco Souza de Medeiros - Juiz Auxiliar da Corregedoria do TRT6;
- André Luiz Machado - Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região – AMATRA6;
- José Laizio Pinto Júnior – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região - PRT-PE;
- Kátia Rosângela Saraiva de Albuquerque - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco - SINTRAJUF-PE;
- Patrícia Maria Carvalho Valença - Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco – AATP;
- Ubiratan Peri Lira Marques - Presidente da Associação dos Servidores do TRT da 6ª Região - ASTRA6;
- Ayrtton Carlos Porto Júnior – Secretário-Geral da Presidência;
- Wlademir de Souza Rolim – Diretor-Geral.

Equipe de Líderes Ampliada:

- Hugo Cavalcanti Melo Filho - Juiz Titular da 12ª Vara do Trabalho de Recife;
- Luciana Paula Conforti - Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros;
- Virgínia Lúcia de Sá Bahia – Juíza Titular da Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata;
- Agenor Martins Pereira – Juiz Coordenador da Escola Judicial TRT6;
- Ibrahim Alves da Silva Filho – Juiz de Cooperação Judiciária do TRT6;
- Sérgio Vaisman - Juiz Diretor do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo;
- Nyédja Menezes Soares de Azevedo – Secretária do Tribunal Pleno;
- Antônio Castilhos Pedrosa – Secretário da Corregedoria Regional;
- Sérgio Ricardo Batista Mello - Assessor do Gabinete do Desembargador Ivanildo da Cunha Andrade;
- Dácio César Quirino de Sá – Diretor de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Petrolina;

- Damião Moura da Silva – Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Serra Talhada;
- Márcio André Rodrigues Costa Faria – Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho do Recife;
- Maria Mônica de Sá Leite – Diretora de Secretaria da 20ª Vara do Trabalho de Recife;
- Sérgio Ricardo Cavalcanti de Sá – Diretor de Secretaria da 2ª Vara do Trabalho do Cabo;
- Eliane Farias Remígio Marques – Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Enoque de Souza e Silva Sobrinho – Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno;
- Éverson Lemos de Araújo - Diretor da Secretaria de Segurança, Transportes e Telefonia;
- Flávio Romero Mendes de Oliveira – Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças;
- João Adriano Pinheiro de Sousa – Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação;
- João André Pegado Ferreira – Diretor da Secretaria Administrativa;
- Andréa Leite Guedes Pereira – Chefe do Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal;
- Marcília Gama da Silva – Chefe do Núcleo de Gestão Documental;
- Semírames Rocha de Oliveira – Chefe do Núcleo de Saúde;
- Renatto Marcello de Araújo Pinto – Presidente da Comissão de Responsabilidade Socioambiental.

Equipe de Desenvolvimento:

- Katia do Rego Barros – Assessora de Gestão Estratégica;
- Maria Terezinha Pimentel de Souza – Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa;
- Elisabete Duarte de Sousa Alves – Chefe da Seção de Racionalização de Processos de Trabalho;
- Mancinelli Faustino Vila Nova – Chefe do Escritório de Projetos;
- Adriana Freire de Souza – Assistente Administrativo de Gestão Estratégica;
- Alessandro Alcides de Souza - Assistente Administrativo de Gestão Estratégica;
- Andaluza Magalhães Pereira de Lira – Assistente Administrativo – Escritório de Projetos;
- Luiz Eduardo Moura de Oliveira - Assistente Administrativo de Gestão Estratégica;
- Sérgio Schuler da Rocha - Núcleo de Estatística e Pesquisa.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE	9
INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	11
FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA	12
ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA	13
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 25/2014	18
A ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO	
Mapa Estratégico do TRT6	21
IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Missão, Visão e Atributos de Valor para a Sociedade	22
PERSPECTIVA: SOCIEDADE	
Acesso à Justiça e Efetividade	23
Responsabilidade Socioambiental	24
PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
Atuação Institucional	25
Eficiência Operacional	28
PERSPECTIVA: RECURSOS	
Gestão de Pessoas	30
Infraestrutura e Tecnologia	31
Orçamento.....	33
OBJETIVOS, INDICADORES E METAS	
Acesso à Justiça e Efetividade	
Objetivo: Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à justiça do trabalho	
Indicador 1 – Índice de Execução – IE	34
Responsabilidade Socioambiental	
Objetivo: Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional	
Indicador 2 – Índice de Alcance de Metas – IAM.....	34
Atuação Institucional	
Objetivo: Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária	
Indicador 3 – IGov	35
Objetivo: Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo	
Indicador 4 – Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento – ICONc	35
Objetivo: Intensificar a interação e a comunicação com público interno e externo	
Indicador 5 – Índice de Divulgação na Mídia – IDM	36

Atuação Institucional / Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Intensificar a interação e a comunicação com público interno e externo

Objetivo: Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial

Indicador 6 – Índice de Clima Organizacional - ICO..... 36

Eficiência Operacional

Objetivo: Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional

Indicador 7– Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância – TMDP2 37

Indicador 8 – Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento – 1ª Instância – TMDP1c 37

Indicador 9 – Índice de Processos Julgados – IPJ 38

Gestão de Pessoas

Objetivo: Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida

Indicador 10 - IGovPessoas 38

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Indicador 11 – IGovTI 39

Orçamento

Objetivo: Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à estratégia

Indicador 12 – Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado – IEOD;..... 39

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Projeto 1 - Programa de Excelência das Atividades 41

Projeto 2 - Promover a Governança Colaborativa 42

Projeto 3 - Programa de Otimização do Processo de Execução 43

Projeto 4 - Programa de Produtividade Inovadora 44

Projeto 5 - Programa de Fomento à Conciliação 45

Projeto 6 - Implantar Política de Comunicação 46

Projeto 7 - Implantar Gestão Sustentável 47

Projeto 8 - Estabelecer Parcerias Visando Prevenir a Ocorrência das Demandas Repetitivas dos Grandes Litigantes 48

Projeto 9 - Promover Política de Qualidade de Vida 49

Projeto 10 - Programa de Otimização de Processos Críticos 50

Projeto 11 - Programa de Consolidação da Cultura Organizacional em Segurança da Informação 51

Projeto 12 - Implantar Gestão de Custos e de Riscos 52

Projeto 13 - Promover Política de Gestão de Pessoas 53

Projeto 14 - Programa de Adequação e Manutenção da Infraestrutura de TI 54

Projeto 15 - Implantar Governança de TI de Forma Sistemática 55

Projeto 16 - Programa de Melhorias de Infraestrutura 56

Projeto 17 - Programa de Gestão Documental e Memória 57

ANEXO 1: MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO 58

AGRADECIMENTOS 59

APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE



A compreensão do processo de modernização do Estado, com a visão voltada para uma melhor obtenção de resultados no setor público, é uma necessidade atual e urgente para todos os servidores do Poder Judiciário.

Não se pode falar em consolidação do Estado democrático de direito, sem se pensar no fortalecimento do Judiciário. E quando falamos em fortalecimento do Judiciário, não ficamos no campo da abstração. O Judiciário se afirma quando exerce com presteza, segurança e economicidade o papel que lhe é reservado constitucionalmente.

O Planejamento Estratégico é um processo administrativo contínuo e evolutivo, que se altera para atender cenários e mudanças contingenciais. O Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região 2015-2020 buscou ser participativo, contando com propostas de magistrados, servidores de varas, gabinetes, unidades administrativas, sindicato e associações de classes partícipes da prestação jurisdicional.

Quanto à instituição de metas internas, reforçamos a importância de que elas sejam compatíveis com a realidade dos magistrados e servidores. Essa foi uma das muitas aprendizagens trazidas pelo Planejamento Estratégico que está atualmente em vigor. Temos que avaliar as nossas potencialidades e limitações e ver como melhor ajustar a máquina administrativa, para que a atividade fim seja atendida.

É extremamente importante a compreensão de que nós somos parte de um todo e que esse todo tem um papel político importante. Pois, sem um Judiciário forte, não existe democracia. No entanto, mais importante do que fazermos um bom planejamento, é nos imbuirmos da necessidade de atingir os objetivos que foram fixados.

INTRODUÇÃO

Planejamento Estratégico é um processo no qual a organização pensa e planeja seu futuro de forma orgânica, isto é, como um conjunto coerente e bem estruturado, considerando o ambiente interno e externo em que está inserida, bem como os aspectos políticos, econômicos, legais, tecnológicos, sociais e culturais envolvidos, que podem impactar a sua atuação. Considera também, diversos aspectos internos como pessoas, procedimentos, estruturas de poder, recursos materiais e orçamento.

É uma ferramenta indispensável à gestão, além de estar legalmente previsto em diversas normas, dentre as quais: O art. 37 da Constituição Federal ao introduzir, por exemplo, o princípio da eficiência; e a Resolução CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014, a qual estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Plano Estratégico, abrangendo um período mínimo de 6 (seis) anos, alinhado à Estratégia do Judiciário 2015-2020 até 31 de março de 2015.

O Plano Estratégico do TRT6 descreve a sua estratégia a partir de uma visão integrada e balanceada da organização, alinhando objetivos, indicadores e metas, de forma que as unidades organizacionais planejem as iniciativas de maneira coordenada.

A Estratégia do TRT6 foi desenvolvida por um processo participativo que envolveu representantes de todas as unidades judiciais e administrativas do órgão e das entidades de classe. Buscando garantir esse amplo envolvimento foram coletadas propostas através de reuniões presenciais, do e-mail corporativo, do Canal de Comunicação da Assessoria de Gestão Estratégica, Workshop, Fórum de Gestão da Estratégia e Encontro de Validação.

O trabalho foi norteado pelas diretrizes do Plano Estratégico Nacional do Judiciário, pelo Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho e pelas linhas mestras estabelecidas pela direção deste Regional. É importante salientar que as metas e objetivos aqui definidos podem ser revistos durante o acompanhamento de sua execução (que deve ser feito de forma constante), para poderem se adequar às eventuais mudanças ocorridas no ambiente interno e externo.

METODOLOGIA

O Conselho Nacional de Justiça elegeu o Balanced Scorecard (BSC) como metodologia de gestão da Estratégia Nacional do Judiciário. O Tribunal do Trabalho da 6ª Região também adotou essa ferramenta como modelo de gestão.

O BSC é um sistema de gestão que visa comunicar, quantificar e avaliar o desempenho da instituição em relação aos seus objetivos estratégicos, permitindo um equilíbrio entre objetivos de curto, médio e longo prazo e entre medidas financeiras e não-financeiras, agrupadas sob três perspectivas:

- **PERSPECTIVA SOCIEDADE:** Descreve os direcionadores estratégicos para o atendimento das necessidades e expectativas dos usuários externos do Tribunal e para o alcance das metas de nossa organização.
- **PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS:** Indica os objetivos que afetam os processos de trabalho relevantes para a melhoria constante da gestão.
- **PERSPECTIVA RECURSOS:** Reflete o alinhamento das ações voltadas para recursos humanos, tecnológicos, de infraestrutura e orçamentários, de modo a alcançar a estratégia.

O BSC promove o alinhamento dos objetivos estratégicos com indicadores de desempenho, metas e projetos (ou iniciativas). Dessa maneira, é possível gerenciar a estratégia de forma integrada e garantir que os esforços da organização estejam direcionados para a estratégia; é possível traduzir a visão e a estratégia em termos operacionais.

O indicador de desempenho mede o alcance da estratégia, sinalizando o desempenho da organização em cada um dos objetivos estratégicos. A meta é a representação quantitativa de um indicador em um ponto específico no futuro. Cabe ao Tribunal a tarefa de trabalhar para atingir as metas definidas para os indicadores e cumprir, assim, os objetivos estratégicos estabelecidos.

FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA

O planejamento da estratégia começa com a definição de três elementos norteadores:

a) **MISSÃO** - exprime a razão de existir da organização e consiste na definição dos seus fins estratégicos gerais, traduzindo de forma sucinta, o propósito da organização.

b) **VISÃO** - exprime o futuro institucional desejado ao final do plano estratégico, fornecendo um ideal no direcionamento dos esforços organizacionais.

c) **VALORES** - princípios basilares que permeiam a instituição, servindo de guia para comportamentos, atitudes e decisões da organização.

Em seguida, há um estudo dos fatores internos e externos, influenciadores da atuação da instituição, com o fim de diagnosticar a sua situação e detectar as questões-chave, com seus pontos fracos e fortes (ambiente interno), bem como as oportunidades e ameaças (ambiente externo). É a chamada **MATRIZ SWOT**.

A partir desse resultado, segue-se para uma definição da estratégia em si, com a proposição de objetivos, que são um conjunto correlacionado de prioridades que esclarecem o que a estratégia organizacional deve alcançar e o que é crítico para seu sucesso.

Elaboração do Plano com a metodologia Balanced Scorecard - BSC:

- ▶ Revisão da Identidade organizacional (Missão, Visão e Valores)
- ▶ Revisão dos Macrodesafios → Temas Estratégicos
- ▶ Formulação da Estratégia → Definição dos Objetivos Estratégicos → Definição dos Programas e Projetos
- ▶ Definição dos Indicadores → Definição das Metas
- ▶ Validação do Plano → Administração e Gestores
- ▶ Aprovação Tribunal Pleno



ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TRT6

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, considerando a necessidade de revisar o plano estratégico estabelecido pela Resolução CNJ nº 70/2009, dispôs sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica do Poder Judiciário por meio da Resolução CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014, a qual estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Plano Estratégico de cada Tribunal, abrangendo um período mínimo de 6 anos, alinhado à Estratégia do Poder Judiciário 2015-2020 e aprovado pelo Órgão Plenário ou Especial até 31 de março de 2015.

Em novembro de 2013, no VII Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Belém/PA, foram aprovados os macrodesafios (objetivos) do Plano Estratégico do Judiciário para o período de 2015 – 2020.

O Planejamento Estratégico no âmbito da Justiça do Trabalho foi coordenado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e contou com a participação de todos os regionais trabalhistas, sendo concluído na Reunião Nacional da Justiça do Trabalho (ReuneJT), realizada em Brasília nos dias 26 a 28 de agosto de 2014.



O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, acompanhando essas diretrizes, iniciou o processo de elaboração de seu Planejamento Estratégico Institucional em maio de 2014, com a definição inicial do método de trabalho que seria desenvolvido.

Com o intuito de garantir o envolvimento de todos os integrantes da organização na construção de um Planejamento Estratégico Participativo para o TRT6, como primeira etapa a Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) solicitou sugestões aos magistrados, servidores de todas as varas, gabinetes, unidades



administrativas, sindicato e associações de classes partícipes da prestação jurisdicional. Também foi promovido um Workshop sobre Planejamento Estratégico em conjunto com o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal no dia 27 de maio, com a participação de todos os diretores de varas, para discutir as opiniões e ideias colhidas nas unidades.

Durante o 11º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados (MCAM), foi realizada uma apresentação sobre a formulação do novo Planejamento Estratégico 2015-2020, com espaço aberto para coleta de propostas.



Com a finalidade de estender ainda mais a participação de todos nesse processo, foi criado um e-mail (age.comunicacao@trt6.jus.br) para receber novas sugestões, aberto ao público externo e interno. O objetivo principal foi proporcionar o engajamento de todos os integrantes do TRT6 na construção do novo Planejamento Estratégico e no desenvolvimento da estratégia a ser adotada.

O ATO TRT-GP nº. 190/2014, de 22 de julho, criou três equipes para a elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2020 do TRT6: a Equipe de Líderes, a Equipe de Líderes Ampliada e a Equipe de Desenvolvimento.

Considerando a elaboração do novo Planejamento Estratégico do TRT6 2015-2020, a necessidade de dar cumprimento às metas estabelecidas e de promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal, a AGE promoveu nos dias 31 julho a 1º de agosto, na Escola Judicial, o Módulo I do Curso de Gestão Pública por Resultados, Criação, Gerenciamento e Avaliação de Indicadores de Desempenho, tendo como instrutor Elias José de Souza, mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco. O curso foi oferecido aos servidores de áreas administrativas do Regional.



Gestão por Resultados é uma ferramenta administrativa que, através de sua metodologia, alinha o planejamento, a avaliação e o controle, promovendo eficiência e eficácia na organização, buscando a obtenção de melhores resultados.



Nos dias 13 a 15 de agosto o Tribunal realizou o Fórum de Gestão Estratégica com a participação de desembargadores, juízes de 1º grau, diretores de varas do trabalho e de unidades administrativas do Regional, do procurador-chefe da PRT-PE, do presidente da AMATRA6 e a presidente da AATP. O evento contou também com a participação do Presidente do TRT 14 (Rondônia/Acre), Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, do Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do TRT14, João Bosco de Miranda, e do consultor especialista em Planejamento, José Augusto Pereira Neves.



No primeiro dia do evento o Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior expôs a experiência e os benefícios decorrentes da implantação do Planejamento Estratégico do TRT da 14ª Região, destacando algumas ações que levaram o TRT14 a atingir as metas instituídas pelo CNJ, bem como receber maior reconhecimento da população.

O consultor José Augusto Neves proferiu palestra sobre a “Evolução da gestão pública, conceitos, importância de planejamento, elementos essenciais de planejamento, ciclo de planejamento e gestão”.

O segundo dia do Fórum foi de amplo debate dos participantes sob forma de oficinas de trabalho, orientados pelo consultor José Augusto Neves. Durante a primeira parte das oficinas os integrantes do Fórum avaliaram a identidade institucional do TRT6 e efetuaram a análise e o planejamento da Missão, Visão e Valores do Tribunal para o próximo Plano Estratégico (2015-2020). Os participantes foram divididos em quatro grupos que se debruçaram sobre as propostas

consolidadas pela AGE (propostas coletadas anteriormente por meio de oficinas e e-mails) para definição das prioridades que seriam inseridas no novo Planejamento Estratégico.



Na segunda parte das oficinas foram abordados os temas, objetivos e projetos estratégicos do Regional. O planejamento conjunto das ações que serão o foco do Tribunal nos próximos anos seguiu os princípios da Gestão Estratégica: Sabedoria, Respeito, Criatividade, Liderança e Continuidade. Além disso, em consonância com o CNJ, outras diretrizes para o Planejamento Estratégico do Regional foram o fortalecimento do 1º Grau de Jurisdição, a vinculação com os instrumentos legais de planejamento orçamentário e a descentralização da Gestão do Planejamento.

No último dia do Fórum foram apresentados os resultados obtidos através das oficinas e o consultor José Augusto Neves proferiu a palestra “O novo perfil do Gestor Público na obtenção de sucesso nos Projetos Estratégicos”.

Nos dias 09 e 10 de outubro foi realizado o Módulo II do Curso de Gestão Pública por Resultados, Criação, Gerenciamento e Avaliação de Indicadores de Desempenho. Nesse módulo os participantes trabalharam na definição dos



indicadores dos Projetos Estratégicos consolidados no Fórum de Gestão Estratégica do TRT6.

Magistrados, servidores e representantes das Associações de classe, no dia 21 de novembro, participaram do Encontro de Validação do Planejamento Estratégico TRT6 2015-2020, realizado na Sala do Tribunal Pleno. Foi apresentado e validado o resultado das ações definidas durante o Fórum de Gestão Estratégica, ocorrido em agosto.



No dia 16 de Dezembro de 2014, em Sessão Administrativa, foi aprovada, por unanimidade, a Proposta do Planejamento Estratégico Participativo TRT6 – 2015-2020.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT nº. 25/2014

Institui o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para o período 2015-2020.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, em sessão administrativa realizada no dia 16 de dezembro de 2014, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador Presidente **IVANILDO DA CUNHA ANDRADE**, com a presença de Suas Excelências a Desembargadora Corregedora **Virgínia Malta Canavarro**, a Desembargadora **Eneida Melo Correia de Araújo**, o Desembargador **André Genn de Assunção Barros**, a Desembargadora **Gisane Barbosa de Araújo**, a Desembargadora **Valéria Gondim Sampaio**, o Desembargador **Ivan de Souza Valença Alves**, o Desembargador **Valdir José Silva de Carvalho**, o Desembargador **Acácio Júlio Kezen Caldeira**, a Desembargadora **Dione Nunes Furtado da Silva**, a Desembargadora **Dinah Figueirêdo Bernardo**, a Desembargadora **Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino**, o Desembargador **Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura**, a Desembargadora **Maria do Socorro Silva Emerenciano**, o Desembargador **Sérgio Torres Teixeira**, o Desembargador **Fábio André de Farias**, o Desembargador **Paulo Alcântara**, e do Excelentíssimo Senhor Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região, **Dr. Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº.198/2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a promoção da política de planejamento estratégico desta Corte será alinhada ao Plano Estratégico Nacional - com abrangência de seis anos (três gestões), de forma a assegurar maior continuidade administrativa, independentemente da alternância de gestores – e baseada na metodologia do sistema gerencial *Balanced Scorecard* – *BSC*;

CONSIDERANDO os resultados do Fórum de Gestão Estratégica, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, no período de 13 a 15 de agosto do ano em curso, nesta cidade do Recife;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para o período 2015-2020.

Art. 2º O Plano Estratégico deste Tribunal terá abrangência de 6 (seis) anos, sendo que os ajustes poderão ser realizados a cada dois anos, coincidindo com o início de cada nova administração ou quando existir fato superveniente.

Parágrafo único. O monitoramento da Estratégia do TRT6 será feito pela Assessoria de Gestão Estratégica, com o envolvimento dos gestores e membros do Comitê de Gestão Orçamentária da 6ª Região, por ocasião das Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE, realizadas, pelo menos quadrimestralmente, com o fim de identificar as necessidades de realinhamentos e antecipar estratégias de atuação para o alcance dos objetivos estratégicos.

Art. 3º O referencial estratégico, constante do planejamento a que se refere esta Resolução Administrativa, orientará a elaboração de programas, projetos, plano diretor de informática, plano de comunicação institucional e dos planos táticos e operacionais em geral das unidades do Tribunal.

Parágrafo único. O referencial de que trata o *caput* deste artigo conterà:

I - pelo menos um indicador de resultado para cada objetivo estratégico;

II - metas de curto, médio e longos prazos, associadas aos indicadores de resultado;

III - projetos e ações julgados suficientes e necessários para o alcance das metas fixadas e alinhados ao Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário.

Art. 4º A Assessoria de Gestão Estratégica atuará na implementação e gestão do planejamento estratégico e nas áreas de gerenciamento de projetos, otimização de processos de trabalho, acompanhamento de indicadores para a gestão da informação e de estudos para reestruturação organizacional e funcional de unidades administrativas e judiciárias.

Art. 5º As propostas orçamentárias anuais do TRT da 6ª Região devem ser alinhadas ao Planejamento Estratégico 2015-2020, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 16 de dezembro de 2014.

IVANILDO DA CUNHA ANDRADE
Desembargador Presidente do TRT da 6ª Região

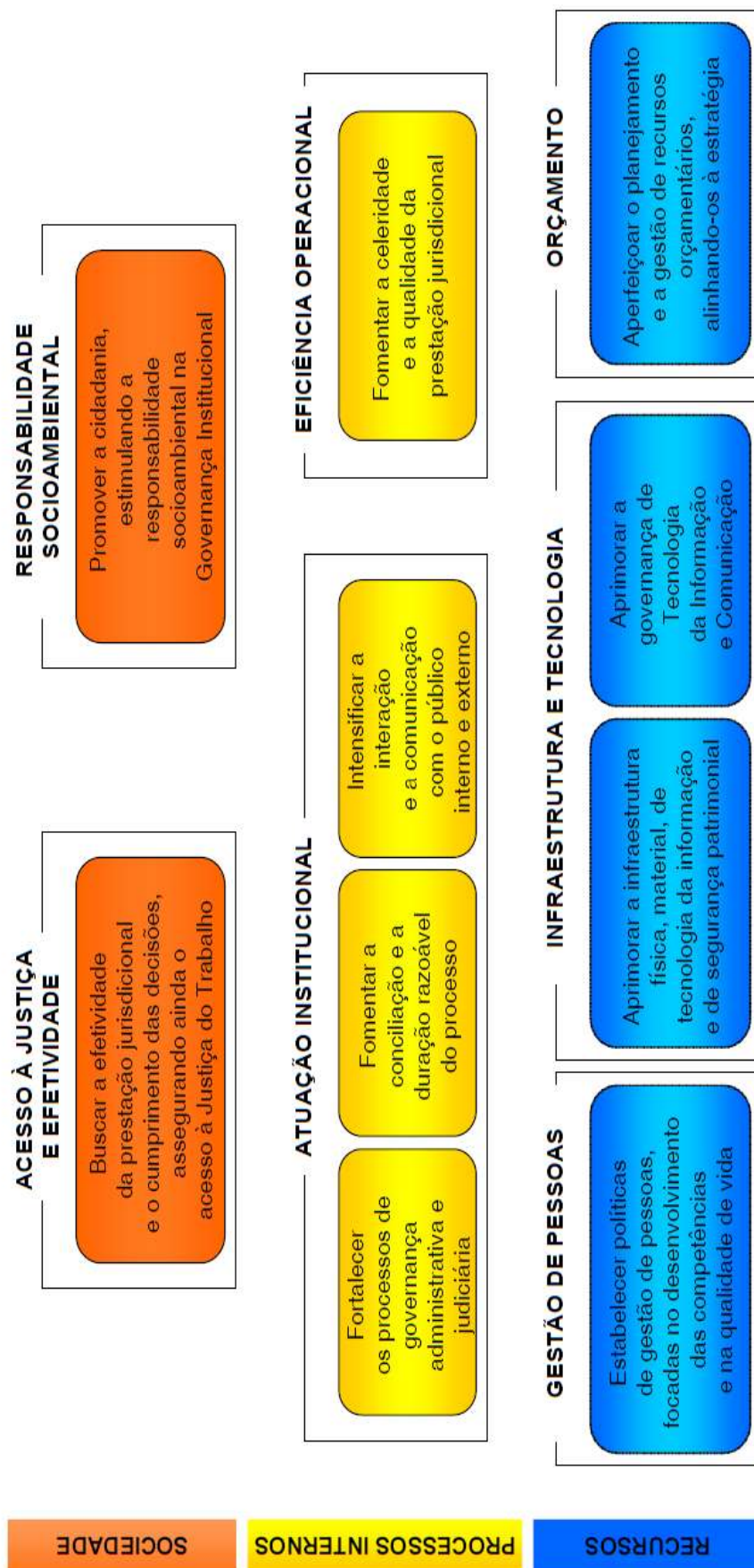
A Estratégia do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO 2015-2020

Missão - Solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, de forma efetiva, ética e transparente, promovendo ações que visem ao fortalecimento da cidadania e da paz social.

Visão - Ser um Tribunal de referência na qualidade, agilidade, efetividade na prestação de serviços e valorizado por seu quadro funcional.

Valores - Justiça – Ética – Transparência – Responsabilidade Socioambiental – Celeridade – Qualidade – Efetividade – Valorização das Pessoas.



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL TRT6

Missão

Solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, de forma efetiva, ética e transparente, promovendo ações que visem ao fortalecimento da cidadania e da paz social.

Visão

Ser um Tribunal de referência na qualidade, agilidade, efetividade na prestação dos serviços e valorizado por seu quadro funcional.

Atributos de Valor para a Sociedade

- Justiça
- Ética
- Transparência
- Responsabilidade Socioambiental
- Celeridade
- Qualidade
- Efetividade
- Valorização das Pessoas

Perspectiva

Sociedade

Objetivo Estratégico

Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho.

Descrição do Objetivo

Implementar ações que possibilitem a satisfação da sociedade no que diz respeito à atuação da Justiça do Trabalho em Pernambuco, empregando mecanismos que possibilitem alcançar a efetividade das decisões judiciais, a partir de conceitos como tempestividade, razoável duração do processo, concretização fática da entrega do direito e gerenciamento de custos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- Índice de Execução – IE

META 1	Baixar mais processos do que as execuções iniciadas no período					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%

Projetos Relacionados

- Programa de Otimização do Processo de Execução;
- Programa de Produtividade Inovadora;
- Programa de Excelência das Atividades;
- Promover a Governança Colaborativa;
- Programa de Fomento à Conciliação.

Perspectiva

Sociedade

Objetivo Estratégico

Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional.

Descrição do Objetivo

Promover práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa na Governança Institucional, mediante a propagação de ações que assegurem o bem estar da sociedade e que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- Índice de Alcance de Metas - IAM

META 2	Atingir e manter pontuação entre 58 e 72, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	58 e 72	58 e 72	58 e 72	58 e 72	58 e 72	58 e 72

Projetos Relacionados

- Programa de Excelência das Atividades;
- Promover Política de Qualidade de Vida;
- Implantar Política de Comunicação;
- Implantar Gestão Sustentável;
- Implantar gestão de custos e de riscos;
- Programa de Gestão Documental e Memória.

Perspectiva

Processos Internos

Objetivo Estratégico

Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária.

Descrição do Objetivo

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública e à preservação da probidade administrativa, bem como a adoção de medidas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Judiciário do Trabalho. Visa ainda, por meio de formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais, à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à implantação das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- iGov

META 3	Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em:					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Faixa “inicial”	0%	3%	6%	9%	12%	15%
Faixa “intermediário”	0%	2%	4%	6%	8%	10%
Faixa “aprimorado”	0%	1%	2%	3%	4%	5%

Projetos Relacionados

- Promover a Governança Colaborativa;
- Programa de Excelência das Atividades;
- Implantar Política de Comunicação;
- Implantar Gestão Sustentável;
- Implantar Gestão de Custos e Riscos.

Perspectiva

Processos Internos

Objetivo Estratégico

Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo.

Descrição do Objetivo

Refere-se ao estímulo à Conciliação através de campanhas, movimentos regionais, dentre outros, bem como promover ações que visem diminuir a duração do processo.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento - ICONc

META 4	Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 10%, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1%	2%	4%	6%	8%	10%

Projetos Relacionados

- Programa de Excelência nas Atividades;
- Programa de Otimização do Processo de Execução;
- Estabelecer Parcerias Visando Prevenir a Ocorrência das Demandas Repetitivas dos Litigantes Contumazes;
- Programa de Fomento à Conciliação.

Perspectiva

Processos Internos

Objetivo Estratégico

Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo.

Descrição do Objetivo

Efetivar canais de comunicação claros e abertos em todos os níveis da organização, com o intuito de favorecer uma exata compreensão de procedimentos e objetivos. Divulgar junto ao público interno e externo informações de seu interesse. Proporcionar um competente intercâmbio de informações para assegurar a transparência na gestão da coisa pública e a busca de melhoria contínua no atendimento aos usuários.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- Índice de Divulgação na Mídia – IDM

META 5	Aumentar em 30%, o número de divulgações na mídia, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	5%	10%	15%	20%	25%	30%

- Índice de Clima Organizacional – ICO

META 6	Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	60%	61%	62%	63%	64%	65%

Projetos Relacionados

- Programa de Excelência das Atividades;
- Implantar Política de Comunicação;
- Programa de Otimização do Processo de Execução;
- Estabelecer Parcerias Visando Prevenir a Ocorrência das Demandas Repetitivas dos Litigantes Contumazes.

Perspectiva

Processos Internos

Objetivo Estratégico

Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional.

Descrição do Objetivo

Desenvolver ações de melhoria contínua para assegurar uma prestação jurisdicional rápida e de qualidade, simplificando, agilizando e racionalizando as rotinas, mediante o aprimoramento e a inovação, bem como a supressão de práticas desnecessárias.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância - TMDP2

META 7	Reduzir o prazo médio de duração do processo na 2ª Instância, em relação ao ano base 2014					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Prazo médio em 2014 de até 200 dias	0%	1%	2%	3%	4%	5%
Prazo médio em 2014 de 201 a 300 dias	1%	2%	4%	6%	8%	10%
Prazo médio em 2014 acima de 300 dias	3%	6%	9%	12%	16%	20%

- Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª Instância – Fase de Conhecimento - TMDP1c

META 8	Reduzir o prazo médio de duração do processo na 1ª Instância, fase de conhecimento, em relação ao ano base de 2014					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Prazo médio em 2014 de até 200 dias	0%	1%	2%	3%	4%	5%
Prazo médio em 2014 acima de 200 dias	1%	2%	4%	6%	8%	10%

- Índice de Processos Julgados - IPJ

META 9	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%

Projetos Relacionados

- Programa de Excelência das Atividades;
- Programa de Otimização de Processos Críticos;
- Programa de Otimização do Processo de Execução;
- Estabelecer Parcerias Visando Prevenir a Ocorrência das Demandas Repetitivas dos Litigantes Contumazes.

Perspectiva

Recursos

Objetivo Estratégico

Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida.

Descrição do Objetivo

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRT6. Considera programas e ações relacionadas à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à humanização das relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- iGovPessoas

META 10	Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Projetos Relacionados:

- Promover a Governança Colaborativa;
- Programa de Excelência das Atividades;
- Promover Política de Qualidade de Vida;
- Implantar Política de Comunicação;
- Implantar Gestão Sustentável;
- Promover Política de Gestão de Pessoas;
- Programa de Melhorias de Infraestrutura.

Perspectiva

Recursos

Objetivo Estratégico

Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial.

Descrição do Objetivo

Prover recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam a otimização do desempenho das unidades do TRT6, garantindo aos magistrados e servidores segurança e ambiente de trabalho salubre, além da proteção e manutenção patrimonial.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- Índice do Clima Organizacional – ICO

META 6	Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	60%	61%	62%	63%	64%	65%

Projetos Relacionados

- Promover Política de Qualidade de Vida;
- Programa de Melhorias de Infraestrutura;
- Programa de Adequação e Manutenção da Infraestrutura de TI;
- Implantar Governança de TI de Forma Sistemática;
- Programa de Consolidação da Cultura Organizacional em Segurança da Informação.

Perspectiva

Recursos

Objetivo Estratégico

Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Descrição do Objetivo

Fazer uso de um conjunto de práticas e processos estruturados com o propósito de garantir melhor controle, minimizar os riscos, ampliar o desempenho e alinhar as ações de TIC com os interesses institucionais do Tribunal e da Sociedade.

Visa garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais do TRT6.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- iGovTI.

META 11	Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Projetos Relacionados

- Programa de Adequação e Manutenção da Infraestrutura de TI;
- Implantar Governança de TI de Forma Sistemática;
- Programa de Consolidação da Cultura Organizacional em Segurança da Informação.

Perspectiva

Recursos

Objetivo Estratégico

Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à estratégia.

Descrição do Objetivo

Otimizar a utilização dos recursos por meio de planejamento e acompanhamento na execução das despesas, alinhando as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

Envolve estabelecer uma cultura de redução de desperdício de recursos públicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

- Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado – IEOD

META 12	Aumentar o IEOD em relação à média do triênio 2011-2013					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	0,5%	1%	2%	3%	4%	5%
LINHA DE BASE	Média de 2011, 2012 e 2013: 87,13% (Fonte: SOF TRT6)					

Projetos Relacionados

- Programa de Otimização de Processos Críticos;
- Implantar Gestão Sustentável;
- Implantar Gestão de Custos e de Riscos.

OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

Acesso à Justiça e Efetividade

Objetivo: Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho

INDICADOR 1: Índice de Execução – IE (CSJT)						
Tipo de Indicador	Efetividade					
O que mede	Mede a relação entre o número total de execuções baixadas por execuções iniciadas no período					
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa					
Quando medir	Mensalmente					
Onde medir	Varas do Trabalho					
Por que medir	Aumentar a efetividade nos resultados da prestação jurisdicional					
Como medir	$IE = (Execuções\ Baixadas / Execuções\ Iniciadas) \times 100$					
Situação atual	-					
META 1	Baixar mais processos do que as execuções iniciadas no período					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%

Responsabilidade Socioambiental

Objetivo: Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional

INDICADOR 2: Índice de Alcance de Metas – IAM (CSJT)						
Tipo de Indicador	Efetividade					
O que mede	O desempenho institucional na realização das metas					
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir	TRT6					
Por que medir	Para afirmar o compromisso do Poder Judiciário Trabalhista com a Sociedade e consolidação da Missão e Visão Institucional					
Como medir	$IAM = (\Sigma MP1) + (\Sigma MP2 \times 2) + (\Sigma MP3 \times 3)$					
Situação atual	-					
META 2	Atingir e manter pontuação entre 58 e 72 até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	58 a 72	58 a 72	58 a 72	58 a 72	58 a 72	58 a 72

Atuação Institucional

Objetivo: Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária

INDICADOR 3: iGov						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O que mede	A maturidade institucional no modelo de gestão elaborado pelo TCU					
Quem mede	Diretoria Geral					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir	TRT6					
Por que medir	Alcançar um nível aprimorado de gestão no que tange a estrutura administrativa, os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento das pessoas envolvidas na avaliação, no direcionamento e no monitoramento do TRT6					
Como medir	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGov					
Situação atual	-					
META 3	Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em:					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Faixa “inicial”	0%	3%	6%	9%	12%	15%
Faixa “intermediário”	0%	2%	4%	6%	8%	10%
Faixa “aprimorado”	0%	1%	2%	3%	4%	5%

Atuação Institucional

Objetivo: Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo

INDICADOR 4: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento – ICONc (CSJT)						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O que mede	A quantidade de conciliações dentre os processos solucionados na fase de conhecimento					
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa					
Quando medir	Mensalmente					
Onde medir	Varas do Trabalho					
Por que medir	Para verificar a utilização da conciliação na resolução dos conflitos					
Como medir	ICONc = Conciliações / Solucionados					
Situação atual	-					
META 4	Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 10%, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1%	2%	4%	6%	8%	10%

Atuação Institucional

Objetivo: Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo

INDICADOR 5: Índice de Divulgação na Mídia - IDM						
Tipo de Indicador	Comunicação					
O que mede	As publicações sobre o Tribunal veiculadas na mídia					
Quem mede	Núcleo de Comunicação Social					
Quando medir	Mensalmente					
Onde medir	Todos os tipos de mídia					
Por que medir	Para aferir a quantidade de publicações positivas ou neutras sobre o TRT6					
Como medir	IDM = (total de notícias positivas ou neutras / total de notícias veiculadas) * 100					
Situação atual	-					
META 5	Aumentar em 30%, o número de divulgações na mídia, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	5%	10%	15%	20%	25%	30%

Atuação Institucional / Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo

Objetivo: Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial

INDICADOR 6: Índice de Clima Organizacional - ICO						
Tipo de Indicador	Satisfação Interna					
O que mede	Clima Organizacional					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir	Varas e Tribunal					
Por que medir	Garantir qualidade de vida aos Magistrados e Servidores					
Como medir	Pesquisa de Satisfação Eletrônica					
Situação atual	-					
META 6	Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	60%	61%	62%	63%	64%	65%

Eficiência Operacional

Objetivo: Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional

INDICADOR 7: Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância – TMDP2 (CSJT)						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O que mede	O tempo médio processual no 2º Grau					
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa					
Quando medir	Mensalmente					
Onde medir	2ª Instância do Tribunal					
Por que medir	Reduzir o tempo médio da tramitação processual na 2ª Instância					
Como medir	TMDP2 = Somatório (Data da Baixa - Data da autuação) / Baixados					
Situação atual	-					
META 7	Reduzir o prazo médio de duração do processo na 2ª Instância, em relação ao ano base 2014					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Prazo médio em 2014 de até 200 dias	0%	1%	2%	3%	4%	5%
Prazo médio em 2014 de 201 a 300 dias	1%	2%	4%	6%	8%	10%
Prazo médio em 2014 acima de 300 dias	3%	6%	9%	12%	16%	20%

Eficiência Operacional

Objetivo: Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional

INDICADOR 8: Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento – 1ª Instância – TMDP1c (CSJT)						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O que mede	O tempo médio processual no 1º Grau					
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa					
Quando medir	Mensalmente					
Onde medir	Varas de Trabalho					
Por que medir	Reduzir o tempo médio da tramitação processual na 1ª Instância					
Como medir	TMDP1c = Somatório (Data da Prolação da Sentença – Data do Ajuizamento da Ação) / Processos com Prolação de Sentenças					
Situação atual	-					
META 8	Reduzir o prazo médio de duração do processo na 1ª Instância, fase de conhecimento, em relação ao ano base de 2014					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Prazo médio em 2014 de até 200 dias	0%	1%	2%	3%	4%	5%
Prazo médio em 2014 acima de 200 dias	1%	2%	4%	6%	8%	10%

Eficiência Operacional

Objetivo: Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional

INDICADOR 9: Índice de Processos Julgados – IPJ (CSJT)

Tipo de Indicador	Eficácia					
O que mede	A razão entre o número de processos julgados pelo número de processos de conhecimento distribuídos					
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa					
Quando medir	Mensalmente					
Onde medir	TRT6					
Por que medir	Para garantir uma prestação jurisdicional eficaz					
Como medir	$IPJ = (N^{\circ} \text{ de processos de conhecimentos julgados} / N^{\circ} \text{ de processos de conhecimentos distribuídos}) * 100$					
Situação atual	-					
META 9	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%

Gestão de Pessoas

Objetivo: Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida

INDICADOR 10: iGovPessoas

Tipo de Indicador	Gestão de Pessoas					
O que mede	A maturidade institucional na gestão de pessoas, segundo modelo de avaliação do TCU					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir	TRT6					
Por que medir	Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas					
Como medir	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovPessoas					
Situação atual	Inicial (Fonte: Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas – TCU 2013)					
META 10	Atingir a faixa de aprimorado até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

INDICADOR 11: iGovTI						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O que mede	A Governança e Gestão em TI					
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir	Na Secretaria de Tecnologia da Informação nos processos de Governança, Gestão e Liderança.					
Por que medir	Aperfeiçoar os processos de avaliação, direcionamento e monitoramento de gestão.					
Como medir	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovTI					
Situação atual	Intermediário (Fonte: Levantamento de Governança de TI – TCU 2012)					
META 11	Atingir a faixa de aprimorado até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Orçamento

Objetivo: Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia

INDICADOR 12: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado – IEOD (CSJT)						
Tipo de Indicador	Eficácia					
O que mede	O valor executado do orçamento disponibilizado					
Quem mede	Secretaria de Orçamento e Finanças					
Quando medir	Mensalmente					
Onde medir	Demonstrativos contábeis					
Por que medir	Garantir o uso eficaz do orçamento					
Como medir	IEOD = (Valor efetivamente liquidado do orçamento disponibilizado / total do orçamento disponibilizado) * 100					
Situação atual	Média triênio 2011 a 2013 – 87,13% (Fonte: SOF TRT6)					
META 12	Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média do triênio 2011-2013					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	0,5%	1%	2%	3%	4%	5%

Projetos Estratégicos TRT6

Projeto 1: Programa de Excelência das Atividades

Escopo

O Programa de Excelência das Atividades tem como objetivo principal propiciar melhorias nas atividades funcionais através da capacitação, do treinamento e da conscientização dos servidores tanto na área fim como na área de apoio.

O programa será constituído pelos projetos abaixo e suas respectivas entregas:

1. Implantar Padrão de Excelência nas Atividades Fim
 - Capacitar os servidores com foco na atividade fim;
 - Sistematizar Banco de Boas Práticas;
 - Criar Banco de Sentenças, Acórdãos e Súmulas;
 - Aperfeiçoar o atendimento ao público.
2. Implantar Padrão de Excelência nas Atividades de Apoio
 - Capacitar os servidores com foco na atividade meio;
 - Sistematizar Banco de Boas Práticas;
 - Aperfeiçoar o atendimento ao público.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho;
- Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional;
- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo;
- Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo;
- Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional;
- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida.

Partes interessadas

Corregedoria
Escola Judicial
Secretaria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Tecnologia e Informação

Projeto 2: Promover a Governança Colaborativa

Escopo

O projeto Promover a Governança Colaborativa tem como finalidade implantar diretrizes e processos que permitam uma gestão participativa, uma melhor comunicação entre as instâncias, estabelecimento de critérios e parâmetros para ocupação de cargos e funções, entre outros resultados que fortaleçam a gestão.

Há uma forte interdependência entre este projeto e o de Promover Política de Gestão de Pessoas, além de atender ao disposto no Acórdão 3023/2013 – TCU – Plenário.

Alguns resultados:

- Pesquisar Governança no âmbito do Poder Judiciário;
- Fortalecer a comunicação interna horizontal, vertical e transversalmente;
- Elaborar planos de campanhas periódicas de conscientização e sensibilização dos gestores;
- Elaborar plano de ação de implantação de Gestão da Liderança;
- Elaborar plano de ação de implantação de Gestão do Conhecimento;
- Elaborar plano de ação de implantação de Gestão de Talentos;
- Elaborar plano de ação de implantação de Gestão por Resultados.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à justiça do trabalho;
- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo;
- Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional;
- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida;
- Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia.

Partes interessadas

Corregedoria
Secretaria Geral da Presidência
Diretoria Geral
Secretaria de Gestão de Pessoas

Projeto 3: Programa de Otimização do Processo de Execução

Escopo

O programa tem como objetivo aperfeiçoar o processo de execução tendo como foco suprimir gargalos pontuais, otimizar procedimentos e cercear medidas protelatórias de devedores contumazes.

Algumas das entregas estão relacionadas abaixo:

- Implementar Central de Inteligência para devedores contumazes, otimizando a execução;
- Priorizar Ações Cautelares;
- Priorizar medidas cautelares em face de empresas de alto risco;
- Implantar pagamento por cartão de crédito;
- Promover melhorias na fase executória, padronizando procedimentos;
- Ampliar e consolidar convênios;
- Fomentar maneiras de quitação de dívidas com a Fazenda Pública.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à justiça do trabalho;
- Atuação Institucional;
- Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo;
- Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo;
- Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional.

Partes interessadas

Corregedoria

Varas do Trabalho

Projeto 4: Programa de Produtividade Inovadora

Escopo

O Programa de Produtividade Inovadora tem por objetivo criar um sistema de reconhecimento do bom desempenho funcional, que tanto motive os magistrados e servidores quanto proporcione impactos positivos nos resultados institucionais. Sendo constituído por dois projetos correlacionados e citados com suas principais entregas:

1. Promover políticas de recompensas por desempenho.
 - Realizar pesquisa da fluidez do atendimento na VT;
 - Pesquisar o impacto de turnos rotativos na VT;
 - Alterar paradigma de disponibilidade por produtividade;
 - Elaborar o processo de monitoramento retroalimentado por feedback.
2. Promover a produtividade inovadora.
 - Análise de viabilidade do objeto deste projeto;
 - Benchmarking do teletrabalho;
 - Análise do desenvolvimento do processo de trabalho para fins de estabelecimento de parâmetros de produtividade;
 - Elaborar uma avaliação de desempenho operacional;
 - Estabelecer critérios e parâmetros de produtividade.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho;
- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional;
- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida.

Partes interessadas

Juiz Auxiliar da Corregedoria
Magistrados e Servidores
Secretaria de Gestão de Pessoas

Projeto 5: Programa de Fomento à Conciliação

Escopo

O projeto traz iniciativas e atividades que priorizam e estimulam a conciliação tendo como objetivo diminuir a judicialização excessiva, assim como diminuir a duração do processo.

Suas prováveis entregas serão:

- Estruturar Núcleo de Conciliação;
- Estimular e priorizar a Conciliação responsável.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à justiça do trabalho;
- Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo;
- Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional.

Partes interessadas

Corregedoria

Varas do Trabalho

Projeto 6: Implantar Política de Comunicação

Escopo

A comunicação institucional interna é uma ferramenta de gestão que propicia, entre muitos outros benefícios: a coesão, a sinergia, a excelência nos resultados e a motivação do corpo funcional.

O projeto traz como objetivo principal a consolidação da comunicação interna como cultura e ferramenta, para auxiliar na consecução deste intento esta iniciativa realizará algumas entregas, citamos como exemplo:

- Campanha sobre a importância da comunicação institucional;
- Conscientização dos gestores;
- Criação de canais de comunicação;
- Elaboração e implantação da política de comunicação.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional;
- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo;
- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida.

Partes interessadas

Secretaria Geral da Presidência
Núcleo de Comunicação Social
Diretoria Geral
Secretaria de Gestão de Pessoas

Projeto 7: Implantar Gestão Sustentável

Escopo

O projeto tem como objetivo principal fomentar a cultura de responsabilidade socioambiental nas práticas de gestão com foco na implantação de procedimentos operacionais que reduzam o consumo de insumos.

- Implantar Sistema de Informação Gerencial para desburocratização e redução de consumo de insumos (água, energia, papel, telefone, despesas postais, combustível);
- Realizar programa periódico de conscientização sobre a responsabilidade socioambiental individual e institucional;
- Realizar programa de consumo consciente;
- Elaborar política de gestão sustentável.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional;
- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida;
- Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia.

Partes interessadas

Diretoria Geral
Secretaria Administrativa
Secretaria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto 8: Estabelecer Parcerias Visando Prevenir a Ocorrência das Demandas Repetitivas dos Litigantes Contumazes

Escopo

O Projeto tem como objetivo principal solucionar de forma rápida as ações que tenham como parte grandes devedores e envolvam matérias repetitivas.

Um objetivo específico é formatar uma estrutura em rede que permita um alcance mais abrangente, sinérgico e efetivo da atuação institucional.

As entregas principais são:

- Realizar julgamentos simultâneos e execuções reunidas em audiência única ou piloto a critério do juiz condutor do processo;
- Estabelecer protocolo de parcerias com MPTE, PRT e Sindicatos.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo;
- Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo;
- Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional.

Partes interessadas

Corregedoria
Secretaria Geral da Presidência

Projeto 9: Promover Política de Qualidade de Vida

Escopo

O foco na qualidade de vida no trabalho sempre merecerá uma atenção especial dos gestores, pois esta iniciativa tem um impacto muito positivo para a instituição e para o corpo funcional em termos motivacionais e de resultados.

O projeto além de ações que promovam qualidade de vida aos servidores objetivará a definição de diretrizes que auxiliem a formação da cultura de adotar hábitos saudáveis para o quadro de servidores.

Algumas entregas deste projeto:

- Promover saúde preventiva;
- Melhoria da segurança e do ambiente de trabalho;
- Elaborar e implantar política de qualidade de vida.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional;
- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida;
- Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial.

Partes interessadas

Escola Judicial

Secretaria de Gestão de Pessoas

Projeto 10: Programa de Otimização de Processos Críticos

Escopo

O programa tem como objetivo principal a implantação de melhorias nos processos críticos do Tribunal, assim como instituir uma Política de Gestão de Processos Internos.

Para tal fim, o TRT6 elegerá alguns macroprocessos críticos, os quais passarão como processos-piloto pela metodologia de Gestão de Processos onde serão mapeados, desenhados, aperfeiçoados e padronizados; por fim esta prática será expandida aos outros processos de maneira gradual.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional;
- Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia.

Partes interessadas

Diretoria Geral

Secretaria de Gestão de Pessoas

Secretaria de Tecnologia e Informação

Secretaria de Segurança, Transporte e Telefonia

Secretaria de Orçamento e Finanças

Secretaria Administrativa

Seção de Racionalização de Processos

Projeto 11: Programa de Consolidação da Cultura Organizacional em Segurança da Informação

Escopo

O Programa tem como principal objetivo consolidar a cultura organizacional em segurança da informação, reduzindo os riscos relacionados a TI e contribuindo para a efetiva continuidade da prestação jurisdicional do Tribunal.

As entregas serão:

- Atualização da Estrutura Normativa de Segurança da Informação;
- Implantação e evolução dos Processos de Segurança da Informação;
- Seleção e implantação de controles de segurança da informação adequados ao ambiente do Tribunal; e
- Ações de conscientização e capacitação visando reduzir os incidentes com magistrados e servidores relacionados à segurança da informação.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial;
- Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Partes interessadas

Secretaria de Tecnologia da Informação

Projeto 12: Implantar Gestão de Custos e de Riscos

Escopo

O projeto visa a implantação da metodologia de gestão de custos com foco na excelência e associada às atividades de controle de riscos.

- Implantar metodologia de Gestão de Custos operacionais no TRT6;
- Implantar a metodologia de gerenciamento de riscos para atividades de controle.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional;
- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia.

Partes interessadas

Secretaria de Orçamento e Finanças
Secretaria de Auditoria e Controle Interno

Projeto 13: Promover Política de Gestão de Pessoas

Escopo

Este projeto tem um forte impacto na Organização ao estabelecer diretrizes para Gestão de Pessoas tendo como objetivo implantar uma política que permita a adoção de regras com foco nos principais subsistemas: provisão, seleção, desenvolvimento e retenção dos servidores. É um projeto complementar ao de Gestão por Competências e Governança Colaborativa, atendendo ao disposto no Acórdão 3023/2013 – TCU – Plenário.

Algumas das entregas estão relacionadas abaixo:

- Elaborar minuta de normatização para ocupação de cargos e funções tendo como base o Regulamento Interno e as competências mapeadas;
- Elaborar edital-modelo para concurso incluindo vagas por pólos;
- Elaborar Código de Ética;
- Estabelecer critérios e parâmetros para remoção de servidores.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida.

Partes interessadas

Diretoria Geral
Secretaria de Gestão de Pessoas

Projeto 14: Programa de Adequação e Manutenção da Infraestrutura de TI

Escopo

O Programa visa dotar o Regional com ferramentas e serviços de tecnologia da informação capazes de suportar os processos de negócio e tornar possível o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição.

Estarão incluídos neste programa os estudos de viabilidade para adequação, aquisição e manutenção de equipamentos, aplicações e serviços que sejam ou que possuam estreito vínculo com os recursos tecnológicos.

Objetivos

Manter atualizado o parque computacional da Instituição, não permitindo que equipamentos servidores, estações de trabalho, impressoras, dispositivos de armazenamento de dados e equipamentos de telecomunicação fiquem obsoletos ou insuficientes frente às demandas do Regional;

Garantir a contratação de ferramentas e softwares capazes de elevar a produtividade, a segurança e a disponibilidade dos serviços prestados pelo Regional;

Garantir a contratação de serviços de telecomunicações, de implantação ou de manutenção das ferramentas e dispositivos que dão suporte às atividades administrativas e judiciárias.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial;
- Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Partes interessadas

Secretaria de Tecnologia da Informação
Secretaria Administrativa

Projeto 15: Implantar Governança de TI de Forma Sistemática

Escopo

O Programa tem como principal objetivo ampliar e sistematizar as ações para o desenvolvimento de melhores práticas de Governança de TI, visando o aprimoramento e ampliação dos processos e padrões existentes, de forma a assegurar que as ações e objetivos de TI estejam alinhados aos objetivos estratégicos do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.

As principais entregas serão:

- 1 Elaboração e aprimoramento dos processos de apoio à Governança de TI:
 - Processo de Gestão de Demandas e Portfólio de TI;
 - Processo de Elaboração do Planejamento Estratégico de TI e do Plano Diretor de TI;
 - Processo de Implantação e Gestão do Planejamento Estratégico de TI e do Plano Diretor de TI;
 - Processo de Gestão de Riscos de TI.
- 2 Aprimoramento dos mecanismos de controle e acompanhamento das metas e indicadores do Planejamento Estratégico de TI, e acompanhamento das iniciativas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- 3 Implantação do Escritório de Governança de Projetos e Programas de TI;
- 4 Elaboração e aprimoramento dos processos de Gestão de Serviços de TI.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial;
- Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Partes interessadas

Secretaria de Tecnologia da Informação

Projeto 16: Programa de Melhorias de Infraestrutura

Escopo

O Programa tem como finalidade estabelecer uma metodologia permanente de manutenção e melhorias na infraestrutura física e tecnológica, metodologia de gestão de frota de veículos, normas de acesso, etc.

Abaixo estão relacionados os projetos e uma ação prioritária:

- Implantar o Plano Diretor de Infraestrutura;
- Aprimorar a metodologia de gestão de frota de veículos.

Ação Prioritária - Controlar/monitorar acesso das partes e advogados ao interior de todas as unidades jurisdicionais e administrativas.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida;
- Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial.

Partes interessadas

Diretoria Geral
Secretaria Administrativa

Projeto 17: Programa de Gestão Documental e Memória

Escopo

O Programa tem como finalidade estabelecer uma metodologia permanente de gestão documental-histórica, assim como implantar melhorias em infraestrutura física e tecnológica que permitam um melhor acondicionamento dos documentos e de informações de relevância histórica e cultural.

Abaixo estão relacionados prováveis entregas do Programa:

- Instalar o Laboratório de Conservação do Memorial de Justiça do Trabalho;
- Criar banco de dados da “História Oral e Memória”;
- Adotar procedimentos para a busca, seleção, classificação e ordenamento das imagens do acervo fotográfico institucional.

Alinhamento Estratégico

Objetivos impactados:

- Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional.

Partes interessadas

Núcleo de Gestão Documental e Memória

Núcleo de Comunicação Social

ANEXO 1 - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS ESTRATÉGICOS TRT6																
		PROGRAMA DE EXCELÊNCIA DAS ATIVIDADES	PROMOVER A GOVERNANÇA COLABORATIVA	PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	PROGRAMA DE PRODUTIVIDADE INOVADORA	PROGRAMA DE FOMENTO À CONCILIAÇÃO	IMPLANTAR POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	IMPLANTAR GESTÃO SUSTENTÁVEL	ESTABELEÇER PARCEIRIAS VISANDO PREVENIR A OCORRÊNCIA DAS DEMANDAS REPETITIVAS DOS LITIGANTES CONTUMAZES	PROMOVER POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA	PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS CRÍTICOS	PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	IMPLANTAR GESTÃO DE CUSTOS E DE RISCOS	PROMOVER POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS	PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI	IMPLANTAR GOVERNANÇA DE TI DE FORMA SISTEMÁTICA	PROGRAMA DE MELHORIAS DE INFRAESTRUTURA	PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA
SOCIEDADE	Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho	2	2	3	3	2												
	Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional	1					1	3		2			1					1
PROCESSOS INTERNOS	Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária	2	3		2		1				2	2	2	2				
	Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo	2	2	1			3		3									
	Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo	1		2		3			1									
	Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional	3	2	3	3	2			2		3							
RECURSOS	Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida	3	3		1		3	2		3				3			2	
	Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial									2		3			3	2	3	
	Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação											3			3	3		
	Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia		2					2			1		3					
	SOMATÓRIO	14	14	9	9	7	8	7	6	7	6	8	6	5	6	5	5	3
SOMATÓRIO PONDERADO		28	25	21	20	16	14	13	12	11	11	10	10	7	6	5	5	3

Obs. Considerando-se para as Perspectivas: SOCIEDADE - Peso 3; PROCESSOS INTERNOS - Peso 2; e RECURSOS - Peso 1.

AGRADECIMENTOS

- Ilson Alves Pequeno Junior - Desembargador Presidente do TRT 14ª Região;
- João Bosco de Miranda - Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do TRT 14ª Região;
- Jose Augusto Pereira Neves – Consultor especialista em Planejamento
- Elias José de Souza – Servidor do Tribunal Regional Eleitoral, Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco;
- Sylvio Rangel Moreira - Assessor Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco;
- Ernane de Aguiar Gomes - Superintendente do Serviço Social da Indústria de Pernambuco – SESI;
- Marcela Cabral - Núcleo de Eventos da FIEPE;
- Maria da Conceição Menezes Gomes – Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros;
- Maria Luiza Duarte de Mello – Assessora da Presidência do TRT 6ª Região;
- Deyse das Graças Pereira da Silva Mendes - Coordenadora de Licitações e Contratos do TRT 6ª Região;
- Ana Regina de Albuquerque Soares – Coordenadora de Contabilidade do TRT 6ª Região;
- Eugênio Pacelli Jerônimo Santos - Chefe do Núcleo de Comunicação do TRT 6ª Região;
- Simone Regina Pinheiro Bomfim - Chefe da Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal do TRT 6ª Região;
- Micaele Lima de Freitas – Núcleo de Comunicação Social do TRT 6ª Região.

